

As Trabalhadoras Domésticas e a Constituinte

Neste roteiro pedagógico propomos uma discussão sobre a participação popular e, mais especificamente, a atuação das trabalhadoras domésticas no processo de elaboração da Constituição de 1988. Ele utiliza como recursos pedagógicos o filme *Emendas populares na Constituinte* (12 min), realizado pela TV Senado, e o pensamento de Lenira Carvalho, exposto no seu discurso na Constituinte, que integra o livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*. Poderá ser útil para trabalhos educativos em sala de aula em escolas de ensino médio e universidades ou em processos educativos com militantes de movimentos sociais. Com o roteiro pode-se discutir concepções de poder e participação política, a luta por direitos sociais e a incidência das trabalhadoras domésticas no processo de participação popular na Constituinte em defesa dos seus direitos como categoria de trabalhadoras.

Objetivos

- Contribuir para a memória da participação das trabalhadoras domésticas organizadas no processo Constituinte na década de 1980.
- Refletir sobre participação política de grupos sociais sub-representados nos espaços institucionais de poder.

Roteiros pedagógicos que se relacionam:



As Trabalhadoras Domésticas e a Constituinte

Percurso metodológico

Tempo total estimado: 3h

- 10' MOMENTO 1.
Apresentação do Roteiro Pedagógico
- 20' MOMENTO 2.
Sensibilização
- 30' MOMENTO 3.
Exposição sobre a participação popular na Constituinte de 1987
- 90' MOMENTO 4.
Reflexão sobre a atuação das trabalhadoras domésticas no processo constituinte
- 30' MOMENTO 5.
Síntese coletiva

Materiais necessários

01. Sala com cadeiras organizadas em círculo.
02. Dispositivos para exibição do filme *Emendas Populares na Constituinte*, da TV Senado.
03. Cartelas ou folhas de papel e utensílios para escrita.
04. Cópias do Discurso de Lenira Carvalho na Constituinte, disponível da página 139 a 141 do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.
05. Cópias do texto “A participação das trabalhadoras domésticas na Constituinte”.



www.leniracarvalho.com.br/roteiro11

Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Ler dois capítulos do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*: “Constituição de 1988: o grande marco” e “Assembleia Nacional Constituinte: Discurso de Lenira Carvalho como representante das Trabalhadoras Domésticas do Brasil”.
- Ler, ouvir e assistir os materiais indicados na seção **Para Aprofundar**, caso tenha pouca familiaridade com o processo de participação popular na Constituinte.

Para aprofundar

Estes materiais servem como uma boa consolidação dos aprendizados:



Fomos capazes de chegar até aqui, somos capazes de andar mais. Entrevista com Lenira Carvalho, entrevista de Lenira Carvalho a Paula Andrade e Carmen Silva, publicada na *Revista Cadernos de Crítica Feminista - Mulheres Participação e Democracia*. Ano II, nº 1, dez 2008.



Episódio **Faltou gente nessa festa**, do podcast *Jogo de Cartas*.



Emendas populares na Constituinte, produzido pela TV Senado.

Passo a passo

Momento 1.

Apresentação do roteiro pedagógico

Apresentar os passos da oficina/aula, convidando o grupo a um momento de partilha de reflexões. Se as atividades forem realizadas com participantes de movimentos sociais, sugerimos que se faça uma rápida rodada de apresentação das participantes para que compartilhem seus nomes e onde atuam. Se o grupo for uma turma de escola ou universidade, não é necessária a apresentação.

Momento 2.

Sensibilização

Em círculo, após expor brevemente o processo da oficina/aula, explicar que neste momento de roda de diálogo a gente deve exercitar a escuta ativa e não julgar as memórias e vivências das outras pessoas. Levantar a seguinte questão e dar três minutos para exercício individual de memória: **Você já participou ou assistiu alguma mobilização/manifestação popular referente a alguma luta por direitos?**

Em seguida, abrir o momento para quem quiser compartilhar suas memórias, delimitando um tempo de aproximadamente três minutos por participante. Calcule e controle o tempo para não ter mais inscrições do que o possível no tempo previsto.

Ao final, a educadora encerra com uma breve fala sobre a ausência de direitos para os grupos sociais empobrecidos, mulheres, pessoas negras, lgbtqiap+, indígenas etc., enfatizando o uso de protestos e manifestações como forma de pressionar os governos para conquistas de direitos. Neste momento, sugerimos que se faça referência à luta das trabalhadoras domésticas e à conquista de direitos associada ao processo constituinte, para gerar interesse sobre o tema entre o grupo.

Momento 3.

Exposição sobre a participação popular na Constituinte de 1987-1988

- Breve apresentação sobre o processo constituinte. Alguns aspectos importantes a serem abordados, entre outros que a educadora considerar relevantes são: (1) O contexto de saída da Ditadura Empresarial-militar; (2) A Campanha por Eleições Diretas para Presidência da República “Diretas Já”; (3) O contexto de efervescência dos movimentos sociais, suas lutas por direitos no processo constituinte e a capacidade de mobilização da sociedade; (4) Articulação do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, que reuniu a maioria dos movimentos sociais e organizações da época, e fomentou a ideia de emendas populares como forma dos movimentos sociais apresentarem propostas aos deputados constituintes.
- Exibição do documentário *Emendas populares na Constituinte* (12 min), da TV Senado, que fala sobre a participação popular no processo constituinte.
- Abertura de discussão com o grupo sobre as impressões em relação ao tema.

Momento 4.

Reflexão sobre a atuação das trabalhadoras domésticas no processo constituinte

- Leitura coletiva do discurso de Lenira Carvalho na Constituinte, disponível da página 139 a 141 do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*. A educadora deve distribuir algumas cópias do texto entre o grupo e solicitar que quatro ou cinco participantes leiam em voz alta, cada uma lendo um trecho diferente do discurso.
- Após a leitura, promover discussão entre o grupo a partir das questões: *O que chamou a atenção do grupo no discurso? Qual a importância da participação popular no processo constituinte para elaboração da Constituição Cidadã? Que significado você acha que a ação coletiva das trabalhadoras domésticas e sua aliança com outros movimentos sociais tiveram para a conquista de direitos?*
- Na medida em que o grupo for compartilhando suas reflexões, a educadora deve organizar as contribuições para fixar elementos que ajudem na elaboração sobre a importância da participação de diferentes grupos sociais nos espaços de decisão política.

Momento 5.

Síntese coletiva

Distribuir duas folhas ou cartelas para cada participante e pedir que respondam a duas questões sobre o que aprenderam com o discurso de Lenira Carvalho e as outras etapas da aula ou oficina (5 min). Questões: (1) O que você sabia sobre a participação das trabalhadoras domésticas no processo constituinte?; (2) O que aprendeu nesta aula/oficina? Fixar as folhas/cartelas na parede ou lousa, buscando aproximação de conteúdos. Ao final, ler as respostas para todo o grupo. O texto “A participação das trabalhadoras domésticas na Constituinte” pode ser distribuído entre as participantes para leitura posterior.

A participação das trabalhadoras domésticas na Constituinte

Começamos essa reflexão com a imagem da Sankofa, da simbologia adinkra, aquele pássaro que olha para trás e tem os pés voltados para a frente, que traz como mensagem a importância da gente olhar para trás para seguir em frente. Não se trata de voltar ao passado para transformá-lo num objeto de adoração, mas sim de olhar para o passado para aprender com ele, buscar ensinamentos que nos ajudem a, no presente, construir o futuro. Por isso pensamos na Sankofa, olhando para trás com os pés para frente, para seguir caminhando. Este é um desafio para todas as pessoas que querem mudar o mundo, ou pelo menos, construir uma vida melhor em nosso país.

Mudar a vida em nosso país passa por mudar o nosso sistema político também, ou seja, a forma como o poder é organizado, quem pode tomar as decisões que organizam a vida em comum, e que regras podem reger estas decisões. O nosso desejo é que estas regras sejam sempre democráticas. Mas nós chegamos até aqui, no Brasil, com uma democracia na qual não cabemos completamente. Não cabem as mulheres, o povo negro, indígenas, a classe trabalhadora, os pobres, a população LGBTQIAP+, a juventude. Apesar disso, estes grupos sociais continuam batendo o pé na porta para entrar.

Vivemos um Brasil com desigualdades estruturais. Quando falamos da democracia que queremos, precisamos qualificar que democracia é essa: uma democracia que enfrente as desigualdades e mude a cultura política predominante. O processo constituinte, que elaborou a Constituição de 1988, a lei maior do país, foi um momento em que todos os movimentos sociais bateram juntos os pés na porta e entraram firmes na luta para garantir direitos aos grupos sociais mais vulneráveis.

O país estava saindo do período de uma ditadura empresarial-militar, modo de governo constituído a partir do golpe militar, com apoio das elites, ocorrido em 1964. Foram anos de resistência, de luta clandestina e de organização popular. A partir disso, na década de 1980 eclodem muitos movimentos sociais. A cada momento uma nova luta encontrava espaço no debate público. Lutas contra a carestia, por terra, moradia, saúde, educação, lutas do movimento gay, de mulheres, negros... Enfim, inúmeros protestos, passeatas e manifestações.

Em 1984, destacou-se como pauta comum capaz de aglutinar todos os movimentos, partidos políticos de esquerda e de centro, a campanha por eleições diretas para presidente da república, suspensas desde 1964. O lema “Diretas Já” e as camisas amarelas simbolizaram toda a insatisfação acumulada pelo povo brasileiro e mobilizaram milhões de pessoas nas praças públicas. Apesar disso, a proposta foi derrotada no Congresso Nacional e o novo presidente, Tancredo Neves, com seu vice José Sarney foram eleitos pelo Colégio Eleitoral. A energia daquela campanha foi canalizada para uma nova luta, capaz de tirar o país do regime autoritário: a defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte. Era preciso mudar as leis que organizavam a vida no nosso país.

Movimentos sociais e partidos de esquerda criaram uma articulação nacional chamada Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte e nele elaboram uma ideia fundamental para a participação popular. A sociedade poderia participar da nova Constituição apresentando emendas populares com 30 mil assinaturas e teriam direito de defendê-las na Assembleia Nacional Constituinte. E assim foi. As trabalhadoras domésticas, organizadas em associações em vários estados, se articularam com os movimentos feministas e apresentaram uma proposta de emenda popular que lhes garantiria o reconhecimento como categoria de trabalhadoras e direitos trabalhistas. Lenira Carvalho foi uma das lideranças das domésticas de Pernambuco que esteve à frente desta luta.

No discurso proferido por Lenira Carvalho na Assembleia Constituinte, em maio de 1987, ela lê o documento de propostas elaborado pelas representações das trabalhadoras domésticas de 23 associações de nove estados do país, que apresenta as reivindicações da categoria, quase todas transformadas em direitos pelos deputados constituintes: o reconhecimento como categoria profissional e o consequente direito a sindicalização, salário mínimo, descanso semanal remunerado, 13º salário, férias, direitos previdenciários, proibição de exploração de trabalho infantil, entre outros. Apesar dos avanços, as trabalhadoras domésticas não conseguiram equiparar seus direitos aos das outras categorias de trabalhadores. A jornada de trabalho de 40 horas semanais e o direito à estabilidade no emprego ou Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço, por exemplo, foram conquistados somente em 2015, fruto de um processo contínuo de luta das trabalhadoras domésticas pela conquista dos seus direitos.

Neste mesmo discurso, Lenira demonstra como o processo constituinte foi importante na formação da consciência de classe e de gênero das trabalhadoras domésticas porque, de alguma forma, ele contextualizou o ápice de um processo de organização e de luta: “Não acreditamos que façam uma nova Constituição sem que seja reconhecido o direito de 3 milhões de trabalhadores deste país. Se isso acontecer, achamos que, no Brasil, não há democracia, porque deixaram milhões de mulheres no esquecimento. E nós servimos a quem? Servimos aos deputados, senadores, ao presidente e a todas as pessoas”.

Em entrevista concedida por ocasião dos 20 anos da Constituição, Lenira Carvalho falou sobre a articulação das trabalhadoras domésticas com outros movimentos sociais e o trabalho feito para mobilizar a categoria, apesar de não terem conseguido as 30 mil assinaturas necessárias para a apresentação oficial da emenda à Constituição. Ela conta: “nos dias de domingo,

abríamos a associação, chamávamos as domésticas e elas iam, porque todo mundo queria direitos, mas mesmo assim não conseguimos as trinta mil (...) Fomos a Brasília com os outros movimentos sociais em seis ônibus, era tanta bandeira, tanta faixa, tanta coisa, estávamos com eles mas sem nossas trinta mil assinaturas (...) Quando chegamos lá na porta, a Benedita da Silva (PT – RJ), que era deputada, foi lá pra rampa nos receber. A Benedita rodou lá dentro e entrou todo mundo, e ela me chamou pra falar (...) Ela trouxe o deputado Ulysses Guimarães (presidente da Assembleia Nacional Constituinte) e nós entregamos o nosso documento”.

Trazer esta memória de Lenira Carvalho pode ajudar a ver o passado recente, quando da elaboração da Constituição em vigência, com outros olhos. O olhar da participação popular na Constituinte permite ver a presença das trabalhadoras domésticas, sua experiência de mobilização frente às dificuldades inerentes à categoria, conhecer a reflexão crítica de uma das suas lideranças, e ver o potencial que a articulação coletiva de distintos movimentos sociais têm para abrir caminhos nas lutas por direitos. Isso pode nos ensinar muito sobre a construção do futuro.

Glossário

Adinkras

É um conjunto de símbolos pertencentes ao povo Ashanti, atualmente localizados principalmente nos países Gana, Burkina Faso e Togo, na África Ocidental, mas também estão presentes em outros lugares do globo, principalmente em consequência dos processos das diásporas africanas.

Constituição

É a lei mais importante de um país, também chamada Carta Magna, e tem um caráter geral. Ela organiza o Estado, estabelecendo, no caso brasileiro, a separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, define as regras e os direitos que regem a vida política e social.

Diretas Já

Foi o lema principal da campanha nacional de mobilização popular pelas eleições diretas para presidência da república, realizada em 1984, para pressionar o congresso a aprovar a emenda constitucional Dante de Oliveira, que garantiria esse direito. Esta proposta foi derrotada no Congresso Nacional, que definiu que a escolha do novo presidente continuaria sendo no Colégio Eleitoral, composto pelo próprio Congresso.

